

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

DESPACHO

Processo nº 59400.000869/2024-70

Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024

À DI,

À DA/DL (de ordem),

Considerando o Despacho DA/DL (SEI nº 1798679), a seguir apresentamos nossa manifestação técnica em relação aos pedidos de esclarecimentos:

SEI_DNOCS - 1798642 - Pedido Esclarecimento nº 03

Questionamento 01 –

Com base na análise técnica do edital para o item 16 CAMINHÃO CARGA EQUIPADO COM MOTOR DIESEL, EQUIPADO COM CARROCERIA DE MADEIRA, solicitamos esclarecimentos quanto à seguinte especificação:

“Equipado com suspensor pneumático para o terceiro eixo, acionado de dentro da cabine, com sensor de carregamento para evitar o acionamento acidental do suspensor.”

Observamos que, conforme as características descritas no item 16, o caminhão solicitado é do tipo 4x2, ou seja, possui dois eixos (um dianteiro e um traseiro), com Peso Bruto Total (PBT) compatível com 16 toneladas. Sendo assim, não existe a possibilidade técnica de um caminhão 4x2 vir equipado com suspensor pneumático no terceiro eixo, pois esse dispositivo é comum para configurações de caminhões com três eixos (6x2), utilizados em situações que demandam maior capacidade de carga.

Além disso, o uso de suspensor pneumático em veículos 4x2 não é tecnicamente justificável, uma vez que esses modelos não possuem um terceiro eixo onde o acessório poderia ser instalado. Tal exigência, portanto, não se alinha à realidade técnica dos caminhões 4x2 disponíveis no mercado e pode limitar injustificadamente a competitividade no certame.

Dessa forma, solicitamos a confirmação de que é possível desconsiderar a exigência do suspensor pneumático no terceiro eixo para caminhões 4x2 que atendam integralmente às demais especificações do edital.

Resposta do Questionamento 01:

Conforme verificação da LICITANTE, há um erro de digitação no quadro das especificações técnicas.

Será realizada a correção devida no novo Termo de Referência a ser elaborado.

Questionamento 02 –

Outro questionamento refere-se ao faturamento dos Caminhões.

Eles serão faturados pelo DNOCS ou por cada unidade CEST regional ?

Resposta do Questionamento 02:

A gerenciadora da Ata de Registro de Preços é na Administração Central do

DNOCS cuja sede fica na cidade de Fortaleza/CE, ou seja, o faturamento será por esta unidade.

As entregas dos equipamentos poderão ser na sede do DNOCS ou nas outras unidades regionais conforme estabelece o Termo de Referência.

SEI_DNOCS - 1798643 - Pedido Esclarecimento nº 04

Gentileza esclarecer como serão feitos os faturamentos dos equipamentos, serão todos direcionados ao CNPJ 00.043.711/0001-43 do DNOCS no Estado do Ceará ou cada faturamento será direcionado para os CNPJs dos estados de entrega?

No aguardo da resposta ao esclarecimento acima, desde já agradecemos.

Resposta do Pedido de Esclarecimento 04:

A gerenciadora da Ata de Registro de Preços é na Administração Central do DNOCS cuja sede fica na cidade de Fortaleza/CE, ou seja, o faturamento será por esta unidade.

As entregas dos equipamentos poderão ser na sede do DNOCS ou nas outras unidades regionais conforme estabelece o Termo de Referência.

SEI_DNOCS - 1798646 - Pedido Esclarecimento nº 05

1. a relação de itens menciona a distribuição para os estados do Nordeste e de MG, mas quanto a emissão da NF/faturamento, está será vinculada ao CNPJ da solicitante em sua localidade?
2. Ou seja, deverá o licitante a partir da formação de preço prevê as despesas dos maquinários em cada localidade pois o faturamento poderá ser em quaisquer delas?

Resposta do Pedido de Esclarecimento 05:

A gerenciadora da Ata de Registro de Preços é na Administração Central do DNOCS cuja sede fica na cidade de Fortaleza/CE, ou seja, o faturamento será por esta unidade.

As entregas dos equipamentos poderão ser na sede do DNOCS ou nas outras unidades regionais conforme estabelece o Termo de Referência.

Com isso, o CNPJ para faturamento é o da Administração Central do DNOCS (00.043.711/0001-43) mas as entregas poderão ser nesses endereços:

UNIDADES DNOCS	ENDEREÇO
---------------------------	-----------------

	Endereço: R. Manoel Orígenes de Oliveira, 301 - Paraíso
CEST-AL	Palmeira dos Índios/AL - CEP 57.602-050 Fone: (82) 3421.2350 / 3421.2481
	Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 630 - Centro Administrativo da Bahia
CEST-BA	Salvador/BA - CEP 41.213-000 Fone: (71) 3281.3900 / 3281.3933 / 3371.0219

CEST-CE	Endereço: Av. Duque de Caxias, 1700, 2º e 3º andares - Centro
	Fortaleza/CE - CEP 60.035-111
	Fone: (85) 3391.5300 / 3391.5275
CEST-MG	Endereço: Av. Presidente Kennedy, 230 - Edgar Pereira
	Montes Claros/MG - CEP 39.400-174
	Fone: (38) 3221.6192 / 3223.3399
CEST-PB	Endereço: Av. Santa Catarina, 621 - Bairro dos Estados
	João Pessoa/PB - CEP 58.030-070
	Fone: (83) 3208.9000 / 3208.9002
CEST-PE	Endereço: R. Cônego Barata, 999 - Tamarineira
	Recife/PE - CEP 52.110-120
	Fone: (81) 3441.5361 / 3441.7844 / 3441.1822
CEST-PI	Endereço: R. Benjamin Constant, 2037 - Centro
	Teresina/PI - CEP 64.000-280
	Fone: (86) 3214.5300 / 3214.5333
CEST-RN	Endereço: R. Esplanada Silva Jardim, 171 - Ribeira
	Natal/RN - CEP 59.012-090
	Fone: (84) 3212.5300 / 3212.5301 / 3212.5302
CEST-SE	Endereço: Av. Beira Mar, 366 - Treze de Julho
	Aracaju/SE - CEP 49.020-010
	Fone: (79) 3215.4664 / 3215.4935

SEI_DNOCS - 1798646 - Pedido de Impugnação ao Edital nº

03

5. CONCLUSÃO

Considerando o exposto, deve ser removida do (termo de referência) do edital toda exigência de NOVO SEM QUE TENHA SIDO SUBMETIDO A EMPLACAMENTO e a exigência de PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO A 10% DO VALOR ESTIMADO.

Essa ação não apenas promoverá a igualdade de condições entre os licitantes, mas também assegurará a competitividade do certame, alinhando-se aos princípios que regem o processo licitatório.

Diante do exposto, requer-se: A análise e acolhimento da presente impugnação, com a consequente RETIFICAÇÃO do Anexo do termo referência do Edital 90015/2024, para que sejam corrigidas as irregularidades apontadas.

Resposta do Pedido de Impugnação ao Edital nº 03:

A CGU através de um relatório de auditoria recomendou:

Corrigir, no edital, a exigência de veículo sem emplacamento, que é mais restritiva, tendo em vista a interpretação do TCU no sentido de que o veículo zero quilometro é aquele que não tenha sido usado/rodado.

Será realizada a correção devida no novo Termo de Referência a ser elaborado.

Sobre o questionamento referente à exigência de 10% do PATRIMÔNIO LÍQUIDO, trata-se de um embasamento legal da nova lei de licitações (LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021). Vejamos o que trata da habilitação econômico-financeira:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte

documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

*§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de **patrimônio líquido mínimo** equivalente a **até 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação. [grifo nosso]*

Portanto, não há como realizar a retirada dessa exigência legal solicitada pela LICITANTE.

SEI_DNOCS - 1798661 - Pedido de Impugnação ao Edital nº

04

Nesse contexto, a presente impugnação busca contribuir com o DNOCS, destacando aspectos jurídicos, técnicos e de mercado capazes de ensejar a revisão do Edital. A motivação da impugnante não é de confrontação, mas de colaboração.

- a) Necessidade de previsão de alternativas, além dos índices contábeis, para comprovação da qualificação econômico-financeira
- b) Inaplicabilidade do tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte
- c) Exiguidade dos prazos de entrega, configurando obrigação inexecutável
- d) Equívocos materiais no edital
- e) Especificações Técnicas Restritivas à Competição

Resposta do Pedido de Impugnação ao Edital nº 04:

item a) - Há uma exigência para habilitação econômico-financeira na qual a LICITANTE deverá comprovar um PATRIMÔNIO LÍQUIDO de 10% do valor da contratação (valor do item) em razão de embasamento legal da nova lei de licitações (LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

item b) - O tratamento diferenciado é dado pelo sistema COMPRASNET mas as exigências para habilitação econômico-financeira difere para cada item a ser licitado.

item c) - Será realizada a correção devida no novo Termo de Referência a ser elaborado.

item d) - Será realizada a correção devida no novo Termo de Referência a ser elaborado.

item e) - Será realizada a correção devida no novo Termo de Referência a ser elaborado.

[Assinado Eletronicamente]

Engº Civil JACKSON OLIVEIRA CARVALHO

Chefe da Divisão de Obras (DOB)



Documento assinado eletronicamente por **Jackson Oliveira Carvalho, Chefe da Divisão de Obras**, em 20/03/2025, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1872605** e o código CRC **63522BD1**.

Referência: Processo nº 59400.000869/2024-70

SEI nº 1872605